

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL ECONOMIA E PLANEJAMENTO
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES DE PRODUTOS**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2023

Aplicação da Lei 8.666/1993, tendo em vista o decurso de prazo que trata o inciso II do caput do art. 193, da Lei 14.133/2021 em conformidade com o Decreto nº 46.795 de 22 de setembro de 2021, art. 1º, Parágrafo único.

O Município de Anápolis, por intermédio de sua Pregoeira, designada pelo Decreto nº. 47.719 de 02 de junho de 2022, torna público, para conhecimento dos interessados que, realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, nos termos da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto Federal nº. 10.024/2019, do Decreto Municipal nº. 44.904/2020, Decreto Municipal nº. 46.262, da Lei Complementar nº. 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/1993, Decreto Municipal nº. 46.262/2021 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, mediante as disposições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 05/01/2024

HORÁRIO: 09h00min (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CÓDIGO UASG: 989221

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS EM SEGURO DE VEÍCULOS COM CONDUTOR INDETERMINADO, NO PERÍODO DE 01 (UM) ANO DE COBERTURA, PARA ATENDIMENTO DA FROTA DO SAMU 192**, a fim de atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde conforme a solicitação nº. 000449/2023 da Secretaria Municipal de Saúde, constante no Processo Administrativo (SEI) nº. 01108.00004142/2023-23.

1.2. A licitação será realizada em LOTE ÚNICO, conforme tabela constante do Termo de Referência

1.3 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto no art. 6º, inciso VIII, "b", da Lei de Licitações, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Para cadastrarem suas propostas, as empresas deverão observar exclusivamente as especificações constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital. ***Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.***

2. DA DESPESA, FONTE DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 95.842,69** (noventa e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos).

2.2. Dotação orçamentária **10.302.1117.2745**

3.8.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.8.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.8.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.8.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.8.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.8.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4. DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e global da proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.1.2.1. Em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços;

5.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos;

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.7. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

5.8. Até a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente encaminhados.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pela Prefeitura Municipal de Anápolis e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pela Pregoeira, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Pregoeira e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.2.1. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e as licitantes.

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.1.1. A Pregoeira deverá suspender a sessão pública do Pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º. 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

7.1.2. Após a suspensão da sessão pública, a Pregoeira enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.

7.1.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.1.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance;

8.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema;

8.3. Neste Pregão o modo de disputa adotado será o "**ABERTO**", assim definido no inciso I, art. 31, do Decreto Federal nº. 10.024/2019, onde a etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.4. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.5. Na hipótese de não haver novos lances, na forma estabelecida, a sessão pública será encerrada automaticamente.

8.6. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,50 (cinquenta centavos), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

8.8. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante;

caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro (a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado (Termo de Referência), **sendo este o valor máximo aceitável**, e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto;

11.2 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

11.2.1. É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.2.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

11.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

11.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

11.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

11.4.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11.5. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, deverá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

11.5.1. A Pregoeira poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Anápolis ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.7. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.8. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

11.9. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

11.9.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

11.9.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

12.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis..

12.4.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “12.4.1”, “12.4.2” e “12.4.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

12.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.8. Ressalvado os casos em que os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, sendo assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.9. Habilitação jurídica:

12.9.1. Cédula de Identidade do (s) sócio(s) Administrador(es) da empresa;

12.9.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.9.3. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

12.9.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.9.5. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.9.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.9.7. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

12.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.11. Regularidade fiscal e trabalhista:

12.11.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.11.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à

Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.11.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.11.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.11.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, ou, municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.11.6. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio, ou, sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.11.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.12. Qualificação Econômico-Financeira:

12.12.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

12.12.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.12.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.12.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

12.12.5. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

12.12.6. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

12.12.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.13. Qualificação Técnica:

12.13.1. Será obrigatória a apresentação:

12.13.1.1. Atestado de capacidade técnica para comprovação de aptidão para fornecimento do objeto, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa prestou, ou vem prestando, a contento, o fornecimento compatível com o objeto desta licitação;

12.13.1.2. Certidão emitida pela **SUSEP** (Superintendência de Seguros Privados), que comprove autorização para atuar na área de seguros, objeto desta licitação. Considerando o Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguro e resseguros e dá outras providências, versando em seu Art 36, que compete à SUSEP, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras. (A Certidão de regularidade demonstra a situação cadastral da entidade perante a Susep, incluindo informações acerca da submissão a regimes especiais e de penalidade de suspensão).

12.13.2. Caso solicitado, a licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade dos atestados entregues, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços

12.13.3. Ao enviar sua proposta, a empresa deverá observar exclusivamente as especificações constantes do Termo de Referência. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da empresa, das condições estabelecidas no termo de referência.

12.13.3.1. A proposta deverá conter marca, modelo nos produtos de acordo com o descritivo do fabricante e o prazo de garantia, sendo vedada a apresentação de mais de uma marca para cada item e o prazo de garantia para cada produto e de acordo com o prazo mínimo exigido em cada item.

12.14. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.16. Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.17. O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

12.18. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.19. A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

12.20. A Pregoeira poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

12.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.22. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.23. Documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, deverão, mediante solicitação do Pregoeiro, ser enviados juntamente com a proposta adequada ao último lance.

12.24. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

12.25. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Anápolis - Avenida Brasil, nº 200, Setor Central, Centro Administrativo, Anápolis-GO., CEP 75075-210.

12.25.1. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

12.26. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

12.27. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.28. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora, no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

13.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

14.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico maressaoliveira@anapolis.go.gov.br, até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

14.2. A Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

14.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

14.5. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados à Pregoeira até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, até as 18h00min, exclusivamente para o endereço eletrônico maressaoliveira@anapolis.go.gov.br.

14.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, bem como no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Anápolis, e vincularão os participantes e a administração.

14.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.8. A Pregoeira, auxiliada pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

15. DO RECURSO

15.1. Declarada a vencedora, a Pregoeira abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

15.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a Pregoeira a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

15.3. A Pregoeira examinará a intenção de recurso, aceitando-a, ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

15.4. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente.

15.5. Os autos do processo nº. 01108.00004142/2023-23, permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

15.6. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pela Pregoeira serão apreciados pela autoridade competente.

15.7. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente, ou, em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado, ou, quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente, ou, não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17.3. O objeto deste Pregão será adjudicado às licitantes vencedoras dos respectivos itens.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

18.1. Fica vedado a subcontratação do todo ou parte do objeto do presente certame e participação em consórcio.

18.2. Depreende-se da lei infraconstitucional- Lei de nº. 8.666/93 em seu artigo 33 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, na condição de CONTRATANTE, a escolha da participação ou não de consórcio, desde que devidamente justificadas. Desta forma, entendemos que a vedação de participação de consórcio de empresas vem ao encontro do princípio primordial da Administração Pública que é a busca pelo Interesse Público. Além de que, contempla os demais princípios que rege a Administração Pública, tais como, competitividade, economicidade e moralidade. A decisão com relação à vedação à participação de consórcios é afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que individualmente poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e, poderia eventualmente proporcionar a formação de alianças/acordos com intuito de manipular os preços nas licitações.

19. DA VISTORIA PRÉVIA

19.1. As especificações técnicas dos serviços de seguro de frota de veículos oficiais, estão descritas no subitem 9, do Termo de Referência, anexo I do Edital.

19.2. As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados, poderão comparecer na sede do SAMU, em dias úteis, no horário reagendado, até um dia antes da abertura da licitação, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2052, Jardim Alvorada, Anápolis-GO, devendo ser agendada a vistoria através do telefone (62) 3902-6300, com o Sr. Tiago Carrijo Ribeiro.

19.3. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios;

20. DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DAS APÓLICES:

20.1. A condição de entrega do objeto contratado deverá ser em dias úteis de acordo com as quantidades solicitadas pela Contratante;

20.2. O objeto será recebido:

20.2.1. Provisoriamente; até 10 (dez) dias após o recebimento via - e-mail da Ordem de Serviço (Nota de Empenho), para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação;

20.2.2. Caso a contratada queira retirar o empenho, terá o prazo de 02 (dois) dias após recebido via e-mail.

20.2.3. Definitivamente; mediante recibo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

20.2.4. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços prestados.

20.2.4. Não havendo cumprimento destas medidas a CONTRATADA será notificada administrativamente. Caso o descumprimento permaneça a empresa será punida em conformidade da Lei 8.666/93.

20.3. A recusa da entrega do objeto por divergência do que foi licitado ou irregularidade na documentação fiscal, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando a adjudicatária obrigada à substituição no prazo que lhe for estabelecido;

20.3.1. Serão devolvidos ao local de origem os produtos que forem enviados pela empresa, através de empresa transportadora, com itens incompletos ou na quantidade diversa da solicitada na Ordem de Fornecimento (OF), sem ônus a Secretaria Municipal de Saúde;

20.4. O recebimento/entrega não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho objeto, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua entrega;

20.5. Todo o transporte a ser executado em função da entrega será de única e total responsabilidade da Contratada, correndo por sua conta o risco da operação inclusive fretes, embalagens, carga e descarga

20.6. O fornecedor se responsabilizará por todos os danos causados por seus empregados ou Município e/ou terceiros.

20.7. A entrega dos produtos deverá obedecer rigorosamente o solicitado e as especificações constantes na proposta apresentada.

20.8. Os serviços, objetos desta contratação deverão ser prestados imediatamente após o chamado do sinistro por parte da CONTRATANTE, mediante autorização dos serviços, sendo que os mesmos deverão ser entregues no local.

20.9. A CONTRATADA deverá fornecer também, caso exista, acesso ao site oficial, onde seja possível o download das apólices em formato digital, além de outras informações adicionais.

21. DO LOCAL DE ENTREGA:

21.1. O local de entrega das apólices será a Secretaria Municipal de Saúde, na Diretoria de Assistência à Saúde, localizada na Rua Professor Roberto Mange, nº 153, 4º andar – centro, na cidade de Anápolis – GO, telefone (62) 3902-1198 em horário comercial.

22. DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL, PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

22.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade como o Protocolo ICMS 042 de 03 de Julho de 2009 a qual estabelece a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-E) sendo que no campo das observações deverá constar o número da Autorização de Compra (NOTA DE EMPENHO) bem como o número do Pregão Eletrônico e do processo de pagamento;

22.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANÁPOLIS – CNPJ: 06.169.881/0001-55 – Rua Roberto Mange Nº 152 – Vila Santana – Cep. 75.113-630 – Anápolis – GO.

22.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento/Empenho do objeto, firmado pela autoridade competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a” da Lei 8.666/93, combinado com o artigo 73, inciso II, do mesmo diploma legal;

22.4. As Notas Fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

22.5. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do objeto;

22.6. O pagamento somente será realizado após a verificação da situação da mesma, relativa às condições de habilitação exigida na licitação, através de documentação anexada à fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei nº 8.666/93, e em caso de pendência o pagamento será suspenso.

22.7. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, desde a data final do período de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, nos termos do inciso XIV do art. 40 da Lei 8.666/93;

22.8. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamentos.

22.9. Para reajuste utilizar-se-á a variação do IPCA/IBGE, nos termos do art. 17, § 4º, da Instrução Normativa nº. 007/2014 de 05/06/2014 da Secretaria Municipal de Planejamento, Compras e Licitações, respeitado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data limite para apresentação da proposta.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

23.1. Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações posteriores, são obrigações da Contratante:

23.2. Efetuar os pagamentos devidos no prazo e nas condições estipuladas neste termo;

23.3. Comunicar à (s) empresa (s) vencedora(s) toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do objeto.

23.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência;

23.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência;

23.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

23.7. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento e/ou funcionamento dos bens, fixando prazo para sua correção;

23.8. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

23.9. Deverá garantir que os veículos só sejam conduzidos ou operados por servidores/ prestadores que possuam as licenças CNHs com as devidas categorias, bem como não sejam operados ou conduzidos por servidores/prestadores

23.10. Comunicar imediatamente quaisquer ocorrências danosas aos veículos ou avarias a vidas pela execução do serviço;

23.11. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares, caso necessário.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações posteriores, são obrigações da Contratada:

24.2. Manter inalterados os preços e condições propostas, bem como as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

24.3. A Contratada é obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato.

24.4. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição de bens e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;

24.5. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionado ao objeto, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

24.6. Emitir a apólice seguro no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de assinatura deste contrato;

24.7. Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

24.8. Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas no Termo de Referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura para qualquer parte do Território Nacional;

24.9. Fornecer serviço de guincho para o veículo segurado, quando a ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos que fique impossibilitado de rodar, transportando-o até a oficina indicada pela CONTRATANTE ou credenciada pela CONTRATADA, em todo território nacional;

24.10. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo território Nacional;

24.11. Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exatidão no trato de qualquer interesse do CONTRATANTE sob os seus cuidados profissionais, obedecendo rigorosamente às normas que regem os exercícios da profissão, cabendo-lhe exclusiva responsabilidade por eventuais transgressões;

24.12. Não transferir, total ou parcialmente, a execução do objeto, sem o prévio consentimento e autorização do CONTRATANTE;

24.13. Assumir exclusiva e integralmente a responsabilidade pelos encargos decorrentes da mão de obra utilizada, em especial, os trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, não se estabelecendo qualquer vínculo do seu pessoal com o CONTRATANTE e comprovar Sucursal na Capital através do CNPJ.

24.14. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas no respectivo Edital;

24.15. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência ou registro de situações que possam comprometer a regularidade das suas atividades;

24.16. Comunicar qualquer discordância ou mudanças, no veículo, antes, durante após a prestação do serviço, que apresentem ressalvas para condições de utilização;

24.17. Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade dos serviços de conserto ou reparos;

24.18. A CONTRATADA deverá emitir todas as apólices, tão logo for emitida a nota de empenho ou criar uma apólice, em que esta inicia na data de publicação do contrato;

24.19. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 6 do Termo de Referência, serão desconsideradas quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com o objeto deste seguro.

25. DA FISCALIZAÇÃO

25.1. A Secretaria Municipal de Saúde publicará a portaria que designará um (a) Servidor (a) a Servidora responsável para acompanhar e fiscalizar o processo, bem como acompanhar o pedido, a Nota de Empenho (autorização de compra), a entrega dos produtos além de atesto nas Notas Fiscais;

25.2. Têm-se como atribuições mínimas do fiscal:

25.3. Acompanhar a execução da compra;

25.4. Atestar o recebimento e a qualidade dos materiais e serviços contratados se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratado;

25.5. Comunicar formalmente ao Gestor da pasta, eventuais irregularidades após ter notificado formalmente a licitante em casos de descumprimento e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução da aquisição, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

25.6. Zelar pela fiel execução da compra, sobretudo no que concerne à qualidade e funcionamento dos materiais fornecidos;

25.7. Estabelecer juntamente com o respectivo gestor, o cronograma de fiscalização;

25.8. O Recebimento dos itens será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo fiscal, designado pelo Gestor da Pasta, em cumprimento ao disposto no art. 67 e seus parágrafos da Lei nº. 8.666/93.

26. DAS PENALIDADES

26.1. Pelo descumprimento do ajuste a Adjudicatária sujeitar-se às seguintes penalidades, que só deixarão de ser aplicadas nos seguintes casos:

a) comprovação pela adjudicatária, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da entrega;

b) manifestação da unidade requisitante informando que a infração foi decorrente de fatos imputáveis à Administração;

26.1.1. Multa de 1% por dia de atraso na realização programada da entrega do objeto licitado, o qual incidirá sobre o valor do serviço que deveria ser efetivado;

26.1.2. Multa de 5% por inexecução parcial do ajuste a qual incidirá sobre o valor da parcela inexecutada;

26.1.3. Multa de 10% por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato;

26.1.4. Multa de 1% por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor do contrato;

26.2. As multas são independentes. A aplicação de uma multa não exclui a das outras;

26.3. Todas as demais sanções previstas na legislação em vigor;

26.4. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficar á pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedido de contratar com a Administração pública, sem prejuízo de multa de até 1% (um por cento) sobre o valor pactuado.

27. DA VIGENCIA, REAJUSTE E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

27.1. O contrato de seguros terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação do Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/1993, Art.57, inciso II, por se tratar de serviço contínuo, respectivamente;

27.2. O valor do contrato poderá ser alterado de acordo com a necessidade da Administração em até 25%, com fulcro no art.65,§1 da Lei 8666/93;

27.3. O valor ora pactuado poderá ser reajustado anualmente nos termos da Lei e será realizado conforme o IGP-M/FGV;

27.4. Convocado, o adjudicatário deverá comparecer à sede da CONTRATANTE, para a devida assinatura do contrato, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades previstas em Lei, especialmente, a prevista no Art. 81, da Lei nº:8666/93;

27.5. Da inclusão e substituição de veículos

27.6.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante a vigência do contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade para os valores ofertados no Certame;

27.6.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer;

27.6.2.1. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento GRU, devendo a empresa enviar recibo ao departamento financeiro da Secretaria Municipal de Saúde. Essa comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

28. DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

28.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Anápolis-GO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

28.2. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

28.3. Não havendo expediente, ou, ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

28.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

28.5. É facultado a Pregoeira, ou, à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

28.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

28.6.1. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com no mínimo, 24h de antecedência e a ocorrência registrada em ata.

28.7. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

28.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

28.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.11. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

28.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.14. Ao Prefeito Municipal compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno, ou, inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

28.15. A anulação do Pregão induz à do contrato.

28.16. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

28.17. Em caso de divergência entre normas infra legais e as contidas neste Edital, prevalecerão as últimas.

28.18. Os casos omissos, ou, pendentes no presente certame serão solucionados pela Pregoeira, com fundamento na legislação em vigor.

28.19. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <http://www.transparencia.anapolis.go.gov.br:8091/transparencia/licitacao.jsf>, e também poderá ser lido e/ou obtido no endereço: Avenida Brasil, nº 200, Setor Central, Centro Administrativo, Anápolis-GO., CEP 75075-210, Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Anápolis, nos dias úteis, no horário das 08:00h às 18:00h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

28.20. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

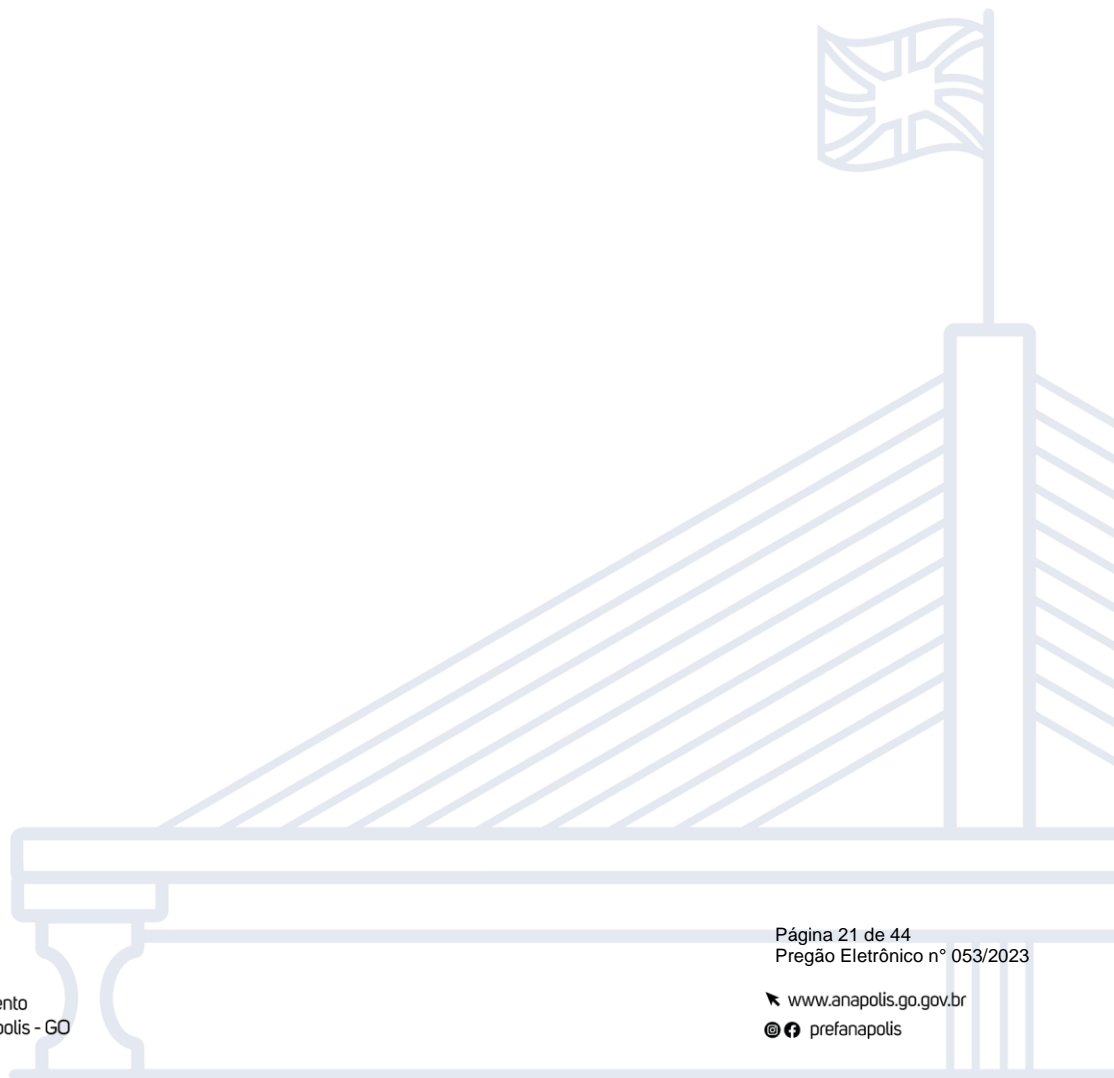
28.20.1. Anexo I – Termo de Referência;

28.20.2. Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

28.20.3. Anexo III – Minuta de Contrato;

Anápolis-GO, 18 de dezembro de 2023.

Maressa Lima Oliveira
Pregoeira



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

A elaboração deste Termo de Referência está de acordo com o estabelecido pela Lei nº 10.520 de 17.07.2002, publicado no DOU de 18.08.2002, bem como a Lei Ordinária nº 3.908 de 17/05/2017, publicada no Diário Oficial do Município em 17 de maio de 2017 e Decreto Federal nº 10.024/2019 publicado do DOU de 23.09.2019.

O presente termo foi elaborado após a finalização do Estudo Técnico Preliminar, autorizando assim a viabilidade da contratação.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns em seguro de veículos com condutor indeterminado, no período de 01 (um) ano de cobertura, para atendimento da frota do SAMU 192, junto à Secretaria Municipal de Saúde. Neste Termo de referência, conforme artigo 1º, parágrafo único, lei 10.520/2022,-" Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado".

2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

2.1. A contratação dos serviços justifica-se pela necessidade da cobertura de seguro total para a frota Municipal de veículos tipo Ambulância e Motolância do SAMU 192, da Secretaria Municipal de Saúde de Anápolis, onde estes circulam constantemente em rodovias e vias de tráfego intenso, estando, desta forma, sujeitos à ocorrência de sinistros, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores que prestam serviço da instituição e a terceiros, com isso, busca-se resguardar o patrimônio público de eventuais danos aos quais os veículos estão sob risco constante, bem como evitar ocorrência desta secretaria ser obrigada a cobrir custos com indenizações por responsabilidade civil, sendo, portanto, vantajosa a contratação.

2.2. As necessidades imediatas da população ou necessidades agudas ou de urgência, são pontos de pressão **por respostas rápidas**. Então o sistema deve ser capaz de acolher a clientela, prestando-lhe atendimento e redirecionando-o para os locais adequados à continuidade do serviço de Frota, através do trabalho integrado e sistematizado.

2.3. Conforme a portaria de consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, Seção VII Dos Incentivos Financeiros de Custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências que versa sobre a necessidade de:

II - para as Unidades Móveis, o gestor de saúde deverá demonstrar o funcionamento efetivo da unidade mediante a apresentação da seguinte documentação: (Origem: PRT MS/GM 1010/2012, Art. 25)

...

Art. 925. A demonstração do efetivo funcionamento se dará pelo encaminhamento de documentação para a CGUE/DAHU/SAS/MS, da seguinte forma: (Origem: PRT MS/GM 1010/2012, Art. 27)

a) cópia do seguro contra sinistro das unidades de suporte básico (USB) e/ou unidades de suporte avançado (USA), das Ambulâncias, das Motolâncias, das Aeronaves e dos Veículos de Intervenção Rápida, ou documento do gestor contendo termo de compromisso de existência do seguro contra sinistro; (Origem: PRT MS/GM 1010/2012, Art. 27, II, a)

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária 10.302.1117.2745.3.3.90.39 – Fonte de Recurso 102 (municipal)

4. DOS ITENS, DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS:

4.1. A Tabela adiante demonstra o custo estimado unitário e total da contratação. A realização se dará pelo menor valor por item;

ITEM	VTR	MARCA	MODELO	ANO FAB/ ANO MODELO	PLACA	CHASSI	RENAVAM	FRANQUIA MÁXIMA A SER PAGA	PRÊMIO LÍQUIDO MÁXIMO A SER PAGO
01	USB01	I/MB-	15-SPRNT RONTAN AMB	2017/2018	PRX- 4854	8AC906633JE148930	01155614370	R\$29.439,41	R\$ 8.421,19
02	USB02	I/MB	415- SPRINTER VER- AMB	2018/2019	PRQ- 2778	8AC906633KE160989	01177720393	R\$32.850,25	R\$8.400,22
03	USB03	I/MB	415- SPRINTER VER- AMB	2018/2019	PRQ- 2748	8AC906633KE161062	01177716841	R\$31.447,68	R\$13.940,55
04	USB04	I/MB	15-SPRINT RONT AN AMB	2017/2018	PRX- 4744	8AC906633JE 144432	01155613756	R\$29.439,41	R\$13.961,51
05	USB05	I/M. BENZ	416- FLASH AMB	2022/2022	SCB- 3B58	8AC907643NE224124	01332558957	R\$33.646,01	R\$14.048,79
06	USB06	IVECO	DAILY RONTAN AMB	2018/2019	QTS- 2204	93ZK35B01K84837S0	01207405199	R\$26.796,13	R\$13.834,20
07	USA01	I/MB	415- SPINTER REV-AMB	2018/2019	PRN- 4609	8AC906633KE 163095	01196188731	R\$31.447,68	R\$13.940,55
08	USA2	I/M.BENZ	415- EUROLAF- AMB	2017/2018	PRT- 1384	8AC906633JE148205	01154325323	R\$29.419,41	R\$4.680,33
09	MR01	YAMAHA	XTZ-250 LANDER	2022/2022	SCN- 3D67	9C6DG3320N0068624	01329908292	R\$4.970,61	R\$2.307,69
10	MR02	YAMNHA	XTZ-250 LANDER	2022/2022	SCN- 3C97	9C6DG3320N0069309	01329906834	R\$4.970,61	R\$2.307,69
							TOTAL:	R\$254.427,18	R\$95.842,69

4.2. O regime de execução será empreitada por global (anual) do lote único – somatório dos 10 veículos a serem segurados, conforme disposto no art. 6º, inciso VIII, alínea “b”, da Lei de Licitações;

4.3. As licitantes concorrerão apenas com o valor referente ao Prêmio do Seguro. Entretanto, os valores referentes às franquias deverão ser apresentados em conjunto com a proposta e deverão, sob pena de desclassificação, ser iguais ou inferiores aos apresentados na Tabela do tem 4.1 deste Edital.

4.4. Não será aplicada a exclusividade à participação de microempresas e empresas de pequeno porte neste processo, tendo em vista que, pela Resolução CNSP nº 321 de 2015 (Conselho Nacional de Seguros Privados) do Ministério da Fazenda, estabelece em seus anexos os valores mínimos de Capital, que no qual não se enquadra para empresas de ME e MPP.

4.5. A decisão de **não parcelar o objeto** e optar pela aquisição por lote é respaldada por razões que visam a otimização e eficiência na administração. Consolidar o objeto em um único lote simplifica a gestão contratual, reduzindo a complexidade administrativa e simplificando o acompanhamento operacional. Além disso, a aquisição por lote promove uma análise global dos custos, permitindo uma negociação mais vantajosa e uma economia de escala, resultando em benefícios financeiros para a administração pública.

5. DA PROPOSTA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.1. Ao enviar sua proposta, a empresa deverá observar exclusivamente as especificações constantes do Termo de Referência. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da empresa, das condições estabelecidas no termo de referência

5.2. Será obrigatória a apresentação:

5.2.1. Atestado de capacidade técnica para comprovação de aptidão para fornecimento do objeto, através de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa prestou, ou vem prestando, a contento, o fornecimento compatível com o objeto desta licitação;

5.2.2. Certidão emitida pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados), que comprove autorização para atuar na área de seguros, objeto desta licitação. **Considerando** o Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguro e resseguros e dá outras providências, Versando em seu Art 36, que compete à **SUSEP**, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das Sociedades Seguradoras:

A Certidão de regularidade demonstra a situação cadastral da entidade perante a Susep, incluindo informações acerca da submissão a regimes especiais e de penalidade de suspensão.

5.3. O pregoeiro (a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado global, sendo este, o valor máximo aceitável e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6. DA VISTORIA PRÉVIA

6.1. As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados, poderão comparecer na sede do SAMU, em dias úteis, no horário re agendado, até um dia antes da abertura da licitação, na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2052, Jardim Alvorada, Anápolis-GO, devendo ser agendada a vistoria através do telefone (62) 3902-6300, com o Sr. Tiago Carrijo Ribeiro.

6.2. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios;

7. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

7.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

7.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

7.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

7.5. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

7.6. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

7.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório no todo ou em parte.

8.2. Depreende-se da lei infraconstitucional- Lei de nº. 8.666/93 em seu artigo 33 que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, na condição de CONTRATANTE, a escolha da participação ou não de consórcio, desde que devidamente justificadas. Desta forma, entendemos que a vedação de participação de consórcio de empresas vem ao encontro do princípio primordial da Administração Pública que é a busca pelo Interesse Público. Além de que, contempla os demais princípios que rege a Administração Pública, tais como, competitividade, economicidade e moralidade. A decisão com relação à vedação à participação de consórcios é afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que individualmente poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e, poderia eventualmente proporcionar a formação de alianças/acordos com intuito de manipular os preços nas licitações.

9. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE SEGURO DE FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS

9.1. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de seguro total dos veículos, decorrente de prejuízos causados nos casos de colisão; abaloamento; capotagem; incêndio; queda de precipícios e de pontes; queda acidental, sobre o veículo, de qualquer objeto ou substâncias que dele não faça parte integrante e não esteja nele afixado; granizo, furacão; terremoto; submersão total ou parcial, prestação de serviços de socorro ou salvamento em situação decorrente de um dos riscos cobertos;

9.2. ITENS:

9.2.1. Cobertura tipo 1 – total e/ou abrangente

9.2.1.1. Colisão

9.2.1.2. Incêndio

9.2.1.3. Roubo

9.2.1.4. Responsabilidade civil facultativa de veículos – RCF- V

9.2.1.5. Acidentes pessoais de passageiros – APP;

9.2.1.6. Danos materiais;

9.2.1.7. Danos corporais;

9.2.2. Coberturas adicionais – acessórios:

9.2.2.1. Acessórios:

Rádio, gravadores, CDs, amplificadores, equalizadores, antenas elétricas, auto-falantes, retrovisores, faroletes, buzinas, rodas especiais, para-brisas, vidros, etc; Ainda que fornecidos pelo fabricante, incluídos na fatura de compra do veículo;

9.3. DO TIPO DE APÓLICE SEGURADA:

9.3.1. Apólice coletiva e/ou frota de veículos, permitindo se a identificação discriminação individual de cada bem segurado, assim como, item próprio para cada um dos mesmos, valor de franquia bônus, etc;

9.4. DA DISPOSIÇÃO DOS VEÍCULOS:

9.4.1. Conforme dispuser o órgão, a contratação do seguro incidirá sobre veículos de fabricação nacional e/ou estrangeira, aplicando-se como Prêmio Referencial (PR) que servirá de base para cálculo do prêmio a pagar, bem como valor de franquia, o previsto em tabela da Superintendência de Seguros Privados do Brasil (SUSEPE);

9.5. DA EXPECTATIVA DO CONTRATO

9.5.1. Limite de indenização correspondente ao valor estipulado em apólice para o veículo segurado;

9.5.2. Pagamento de despesas extraordinárias no limite de até 10% (dez por cento) da indenização, na hipótese de ocorrência de sinistro com perda total do veículo segurado;

9.5.3. Endosso de inclusão ou ampliação de valor segurado para cada veículo;

9.5.4. Cobertura de serviços em tempo integral, assistindo e socorrendo aos passageiros e aos veículos em caso de acidentes, pane mecânica e/ou elétrica, incêndio e roubo ou furto do veículo segurado onde possam constar:

9.5.4.1. Assistência 24h;

9.5.4.2. Reboque/ guincho;

9.5.4.3. Carro reserva sem ar condicionado;

9.5.4.4. Transporte alternativo;

9.5.4.5. Serviço de táxi

9.4.5.6. Socorro em caso de pane seca;

9.4.5.7. Troca de pneu furado

9.4.5.8. Serviço de chaveiro

9.4.5.9. Acompanhamento médico hospitalar

9.4.5.10. Hospedagem em hotel

9.4.5.11. Remoção para hospital

9.4.5.12. Motorista substituto

9.4.5.13. Passagens para acompanhantes, caso o segurado e/ou passageiros permaneçam hospitalizados por mais de 3 (três) dias;

9.4.5.14. Traslado de corpo;

9.4.5.15. Cobertura de vidros protegidos, faróis, lanternas e retrovisores, (sem pagamento de franquia) em todo território nacional quer seja em substituição ou reparos.

9.4.5.16. Em caso de serviços de pintura, responsabilizar-se pelos danos causados em superfícies não suscetíveis ao produto utilizado (peças plásticas, borrachas, etc), aplicando-se para os demais produtos de conservação ou película protetora que garanta sua elasticidade e defenda contra intempéries. Eventuais arranhões, batidas de pedra ou pequenos danos, devem ser imediatamente comunicados, para mais breve realização dos serviços, evitando-se oxidação nas peças;

9.4.5.17. No caso de vidros, peças plásticas, tecidos internos, couro e/ou estofamento, pneus, garantia independente e especial quando o caso assim necessitar

9.5. DAS GARANTIAS A SEREM CONTRATADAS

9.5.1. Franquia

9.5.1.1. Casco de veículo – reduzido

9.5.1.1.2. Máxima emitida valor R\$ para os itens de 1 a 6 (Tabela do item 4.1), e itens 7 e 8 (Tabela do item 4.1) valor R\$ da planilha.

9.5.1.2. Acessórios – no máximo 10% (dez por cento) do valor do bem;

9.5.1.3. RCF-V - não há;

9.5.1.4. APP - não há

9.5.2. Bônus;

9.5.2.1. 1 (um) na primeira renovação sem sinistro;

9.5.2.2. 2 (dois) na segunda renovação sem sinistro;

9.5.2.3. 3 (três) na terceira renovação sem sinistro;

9.5.2.4. 4 (quatro) na quarta renovação sem sinistro;

9.5.2.5. 5 (cinco) na quinta renovação sem sinistro e assim sucessivamente até o 10 (dez) na décima renovação sem sinistro

9.5.2. Havendo sinistro em veículos, na renovação do seguro, o percentual de bônus aplicável, será aquele aplicado no ano anterior ao da reclamação;

9.6. DAS COBERTURAS

9.6.1. As coberturas destinam-se a garantir ao Contratante Segurado até o limite máximo de indenização ou reembolso das indenizações que for obrigado a pagar, por danos involuntários, pessoais e/ou materiais, causados em seu próprio veículo, a terceiros transportados, terceiros não transportados, bem como demais situações causadas pelo veículo segurado, decorrentes de risco aberto.

9.7. COBERTURA COMPREENSIVA

9.7.1. Colisão, incêndio e roubo;

9.7.2. Danos causados no próprio veículo

9.7.2.1. Casco e demais superfícies;

9.7.2.2. Acessórios;

9.7.2.3. 100% da tabela FIPE + 10% das despesas extraordinárias

9.7.2.4. Responsabilidade civil facultativa RCF-V (mínimo);

9.7.2.5. Danos pessoais – R\$100.000,00;

9.7.2.6. Danos materiais – R\$100.000,00;

9.7.2.7. Acidentes pessoais passageiros – APP (mínimo);

9.7.2.8. Morte R\$10.000,00

9.7.2.8. Invalidez permanente e parcial R\$10.000,00

9.8. PERFIL DOS MOTORISTAS

9.8.1. Características individuais dos motoristas, como tempo de habilitação, idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

9.8.2. Assistência 24H ilimitada, (vidros, faróis, lanternas e retrovisores);

9.8.3. Despesas extraordinárias 10%

Observação: os serviços acima serão aplicados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, podendo vir a serem incluídos outros itens não previstos e que se tornem necessários à utilidade e manutenção do veículo.

10. DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DAS APÓLICES:

10.1. A condição de entrega do objeto contratado deverá ser em dias úteis de acordo com as quantidades solicitadas pela Contratante;

10.2. O objeto será recebido:

10.2.1. Provisoriamente; até 10 (dez) dias após o recebimento via - e-mail da Ordem de Serviço (Nota de Empenho), para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação;

10.2.2. Caso a contratada queira retirar o empenho, terá o prazo de 02 (dois) dias após recebido via e-mail.

10.2.3. Definitivamente; mediante recibo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

10.2.4. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços prestados.

10.2.4. Não havendo cumprimento destas medidas a CONTRATADA será notificada administrativamente. Caso o descumprimento permaneça a empresa será punida em conformidade da Lei 8.666/93.

12.6. O pagamento somente será realizado após a verificação da situação da mesma, relativa às condições de habilitação exigida na licitação, através de documentação anexada à fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei nº 8.666/93, e em caso de pendência o pagamento será suspenso.

12.7. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, desde a data final do período de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, nos termos do inciso XIV do art. 40 da Lei 8.666/93;

12.8. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamentos.

12.9. Para reajuste utilizar-se-á a variação do IPCA/IBGE, nos termos do art. 17, § 4º, da Instrução Normativa nº. 007/2014 de 05/06/2014 da Secretaria Municipal de Planejamento, Compras e Licitações, respeitado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data limite para apresentação da proposta.

12.10. Cronograma de desembolso:

DESCRIÇÃO									
Aquisição de seguro de veículos com condutor indeterminado, no período de 01 (um) ano de cobertura, para atendimento da frota do SAMU 192. Realização do pagamento em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota devidamente atestada.									
ITEM	QTD	DESCRIÇÃO							PARCELAS
		VTR	MARCA	MODELO	ANO FAB/ ANO MODELO	PLACA	CHASSI	RENAVAM	
01	01	USB01	I/MB-	15-SPRNT RONTAN AMB	2017/2018	PRX- 4854	8AC906633JE148930	01155614370	ÚNICA
02	01	USB02	I/MB	415- SPRINTER VER-AMB	2018/2019	PRQ- 2778	8AC906633KE160989	01177720393	ÚNICA
03	01	USB03	I/MB	415- SPRINTER VER-AMB	2018/2019	PRQ- 2748	8AC906633KE161062	01177716841	ÚNICA
04	01	USB04	I/MB	15- SPRINT RONT AN AMB	2017/2018	PRX- 4744	8AC906633JE 144432	01155613756	ÚNICA
05	01	USB05	I/M. BENZ	416- FLASH AMB	2022/2022	SCB- 3B58	8AC907643NE224124	01332558957	ÚNICA
06	01	USB06	IVECO	DAILY RONTAN AMB	2018/2019	QTS- 2204	93ZK35B01K84837S0	01207405199	ÚNICA
07	01	USA01	I/MB	415- SPINTER REV-AMB	2018/2019	PRN- 4609	8AC906633KE 163095	01196188731	ÚNICA
08	01	USA02	I/M.BENZ	415- EUROLAF- AMB	2017/2018	PRT- 1384	8AC906633JE148205	01154325323	ÚNICA
09	01	MR 01	YAMAHA	XTZ-250 LANDER	2022/2022	SCN- 3D67	9C6DG3320N0068624	01329908292	ÚNICA
10	01	MR 02	YAMNHA	XTZ-250 LANDER	2022/2022	SCN- 3C97	9C6DG3320N0069309	01329906834	ÚNICA

TOTAL

100%

13 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações posteriores, são obrigações da Contratante:

13.2. Efetuar os pagamentos devidos no prazo e nas condições estipuladas neste termo;

13.3. Comunicar à (s) empresa (s) vencedora(s) toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do objeto.

13.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência;

13.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência;

13.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

13.7. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento e/ou funcionamento dos bens, fixando prazo para sua correção;

13.8. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

13.9. Deverá garantir que os veículos só sejam conduzidos ou operados por servidores/ prestadores que possuam as licenças CNHs com as devidas categorias, bem como não sejam operados ou conduzidos por servidores/prestadores

13.10. Comunicar imediatamente quaisquer ocorrências danosas aos veículos ou avarias a vidas pela execução do serviço;

13.11. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares, caso necessário.

14 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

14.1. Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações posteriores, são obrigações da Contratada:

14.2. Manter inalterados os preços e condições propostas, bem como as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

14.3. A Contratada é obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato.

14.4. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição de bens e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;

14.5. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionado ao objeto, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

14.6. Emitir a apólice seguro no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de assinatura deste contrato;

14.7. Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

14.8. Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas no Termo de Referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura para qualquer parte do Território Nacional;

14.9. Fornecer serviço de guincho para o veículo segurado, quando a ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos que fique impossibilitado de rodar, transportando-o até a oficina indicada pela CONTRATANTE ou credenciada pela CONTRATADA, em todo território nacional;

14.10. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo território Nacional;

14.11. Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exaço no trato de qualquer interesse do CONTRATANTE sob os seus cuidados profissionais, obedecendo rigorosamente às normas que regem os exercícios da profissão, cabendo-lhe exclusiva responsabilidade por eventuais transgressões;

14.12. Não transferir, total ou parcialmente, a execução do objeto, sem o prévio consentimento e autorização do CONTRATANTE;

14.13. Assumir exclusiva e integralmente a responsabilidade pelos encargos decorrentes da mão de obra utilizada, em especial, os trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, não se estabelecendo qualquer vínculo do seu pessoal com o CONTRATANTE e comprovar Sucursal na Capital através do CNPJ.

14.14. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas no respectivo Edital;

14.15. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência ou registro de situações que possam comprometer a regularidade das suas atividades;

14.16. Comunicar qualquer discordância ou mudanças, no veículo, antes, durante após a prestação do serviço, que apresentem ressalvas para condições de utilização;

14.17. Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade dos serviços de conserto ou reparos;

14.18. A CONTRATADA deverá emitir todas as apólices, tão logo for emitida a nota de empenho ou criar uma apólice, em que esta inicia na data de publicação do contrato;

14.19. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 6 deste Termo de Referencia, serão desconsideradas quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com o objeto deste seguro.

15 – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A Secretaria Municipal de Saúde publicará a portaria que designará um (a) Servidor (a) a Servidora responsável para acompanhar e fiscalizar o processo, bem como acompanhar o pedido, a Nota de Empenho (autorização de compra), a entrega dos produtos além de atesto nas Notas Fiscais;

15.2. Têm-se como atribuições mínimas do fiscal:

15.3. Acompanhar a execução da compra;

15.4. Atestar o recebimento e a qualidade dos materiais e serviços contratados se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratado;

15.5. Comunicar formalmente ao Gestor da pasta, eventuais irregularidades após ter notificado formalmente a licitante em casos de descumprimento e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução da aquisição, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

15.6. Zelar pela fiel execução da compra, sobretudo no que concerne à qualidade e funcionamento dos materiais fornecidos;

15.7. Estabelecer juntamente com o respectivo gestor, o cronograma de fiscalização;

15.8. O Recebimento dos itens será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo fiscal, designado pelo Gestor da Pasta, em cumprimento ao disposto no art. 67 e seus parágrafos da Lei nº. 8.666/93.

16. DAS PENALIDADES:

16.1. Pelo descumprimento do ajuste a Adjudicatária sujeitar-se às seguintes penalidades, que só deixarão de ser aplicadas nos seguintes casos:

a) comprovação pela adjudicatária, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da entrega;

b) manifestação da unidade requisitante informando que a infração foi decorrente de fatos imputáveis à Administração;

16.1.1. Multa de 1% por dia de atraso na realização programada da entrega do objeto licitado, o qual incidirá sobre o valor do serviço que deveria ser efetivado;

16.1.2. Multa de 5% por inexecução parcial do ajuste a qual incidirá sobre o valor da parcela inexecutada;

16.1.3. Multa de 10% por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato;

16.1.4. Multa de 1% por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor do contrato;

16.2. As multas são independentes. A aplicação de uma multa não exclui a das outras;

16.3. Todas as demais sanções previstas na legislação em vigor;

16.4. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficar á pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedido de contratar com a Administração pública, sem prejuízo de multa de até 1% (um por cento) sobre o valor pactuado.

17. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Estima-se em **R\$ 95.842,69** (noventa e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta e nove centavos) o valor total deste processo.

18. DA VIGENCIA, REAJUSTE E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

18.1. O contrato de seguros terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação do Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/1993, Art.57, inciso II, por se tratar de serviço contínuo, respectivamente;

18.2. O valor do contrato poderá ser alterado de acordo com a necessidade da Administração em até 25%, com fulcro no art.65,§1 da Lei 8666/93;

18.3. O valor ora pactuado poderá ser reajustado anualmente nos termos da Lei e será realizado conforme o IGP-M/FGV;

18.4. Convocado, o adjudicatário deverá comparecer à sede da CONTRATANTE, para as devida assinatura do contrato, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades prevista em Lei, especialmente, a prevista no Art. 81, da Lei nº:8666/93;

18.5. Da inclusão e substituição de veículos

18.6.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante a vigência do contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade para os valores ofertados no Certame;

18.6.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer;

18.6.2.1. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento GRU, devendo a empresa enviar recibo ao departamento financeiro da Secretaria Municipal de Saúde. Essa comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

Após análise, aprovo este Termo de Referência, considerando que do mesmo constam os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo/benefício, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Anápolis, 07 de dezembro de 2023.

TIAGO CARRIJO RIBEIRO
Coordenador regional Pireneus
Decreto nº 48.839 de 29 de Março de 2023

EDUARDO SILVA SARDINHA LISBOA
Diretoria de Assistência da Saúde

ELINNER ROSA ALMEIDA SILVA E GONÇALVES
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0XX/2023

PROCESSO Nº: XXXXXXXX/XXXX

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ Nº:

ENDEREÇO COMPLETO:

E-MAIL:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UND	QUANTIDADE	VLR UNT	VLR TOTAL
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						

DEVERÁ SER CONSIDERADA A QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DE CADA ITEM/LOTE CONSTATADO NO ITEM 03 DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Valor Total por extenso:

A presente proposta tem validade de 90 (noventa) dias, contados da abertura dos envelopes contendo as propostas.

Pela presente, apresentamos proposta referente à licitação supra e declaramos que os produtos/serviços são de primeira qualidade.

Declaramos de que nos preços já estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do contrato, cobrindo todos os custos com encargos sociais, encargos trabalhistas, encargos previdenciários, lucros, encargos fiscais e para-fiscais, despesas diretas e indiretas.

Declaramos que os produtos/serviços atendem rigorosamente as especificações descritas no Termo de Referência anexo ao Edital.

Declaramos que concordamos com todas as condições do Edital e seus Anexos.

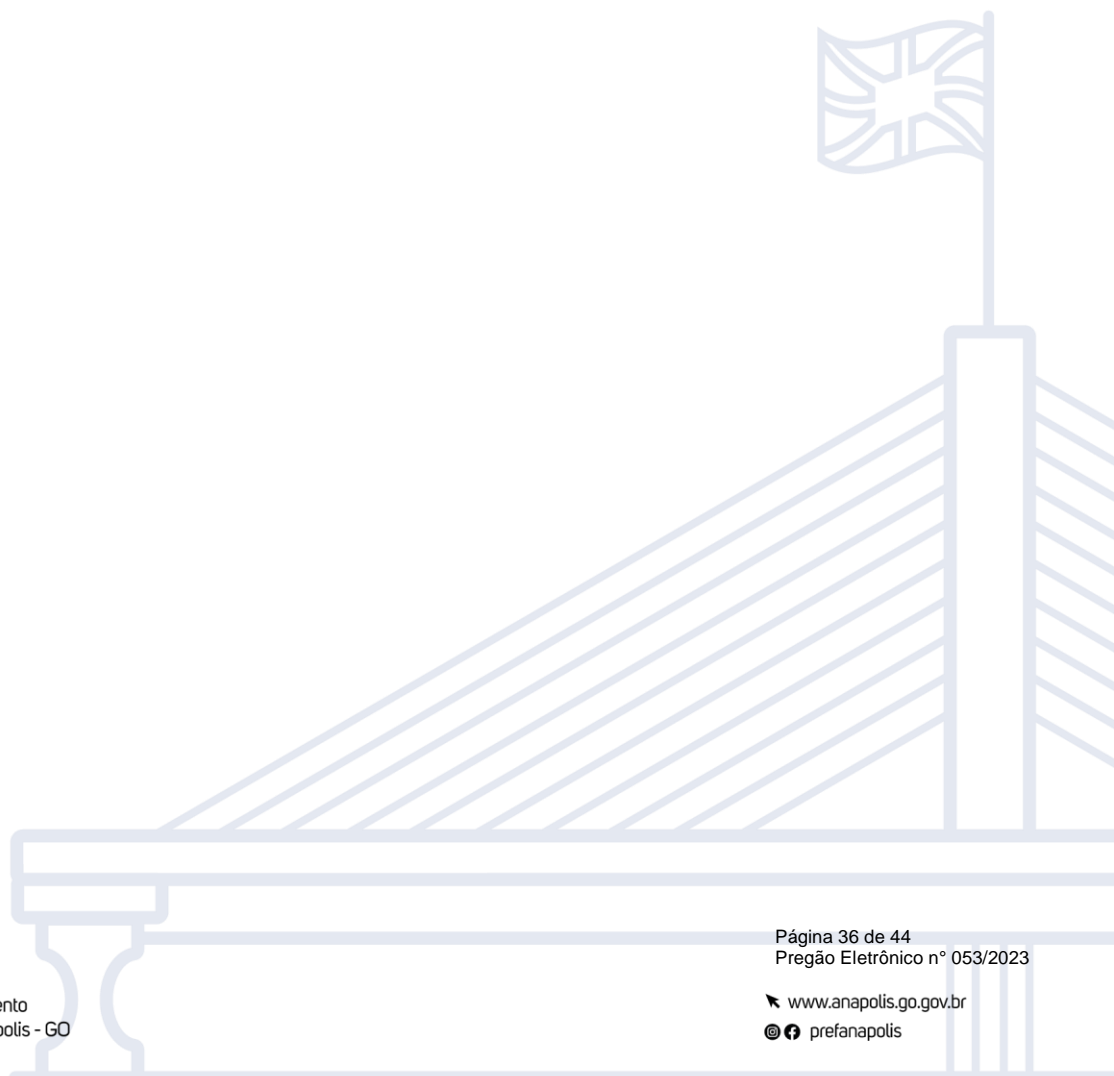
Dados bancários: Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____



_____, ____ de _____ de 2023.
(Local e Data)

(Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente)

(Assinatura e identificação do responsável legal)



ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº. ____/2023, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS
(SECRETARIA PARTICIPANTE) E
_____, PARA A **CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS EM
SEGURO DE VEÍCULOS COM CONDUTOR
INDETERMINADO, NO PERÍODO DE 01 (UM)
ANO DE COBERTURA, PARA ATENDIMENTO DA
FROTA DO SAMU 192**

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS-GO, representada pelo Senhor Prefeito ROBERTO NAVES E SIQUEIRA, assistido juridicamente pela Procuradoria Geral do Município, com sede à sediada à Avenida Brasil, nº 200, Setor Central, CEP 75075-210, nesta, inscrita no CNPJ sob nº. 01.067.479/0001-46;

CONTRATADA: _____, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º _____, estabelecida [inserir endereço completo], representada pelo seu [inserir cargo], Senhor(a) [inserir nome completo], portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ [inserir número e órgão expedidor/unidade da federação] e CPF (MF) n.º _____, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por [procuração/contrato social/estatuto social].

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, oriundo da solicitação n.º conforme a solicitação nº. 000291/2023 da Secretaria Municipal de Saúde, constante no Processo Administrativo (SEI) nº. 01108.00004142/2023-23 e Processo Administrativo (SIM) XXXXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O presente contrato tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS EM SEGURO DE VEÍCULOS COM CONDUTOR INDETERMINADO, NO PERÍODO DE 01 (UM) ANO DE COBERTURA, PARA ATENDIMENTO DA FROTA DO SAMU 192**, conforme especificações do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico n.º XXX/XXXX.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor total da contratação é de R\$ _____, em conformidade com a tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VLR UNT	VLR TOTAL

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECURSO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. Fonte de Recurso: _____.
- 3.2. Dotação Orçamentária: _____.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico n.º XXX/XXXX, deve:

4.2.1. Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações posteriores, **são obrigações da Contratada:**

4.2.1.1. Manter inalterados os preços e condições propostas, bem como as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

4.2.1.2. A Contratada é obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato.

4.2.1.3. Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da aquisição de bens e com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregadora;

4.2.1.4. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionado ao objeto, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

4.2.1.5. Emitir a apólice seguro no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de assinatura deste contrato;

4.2.1.6. Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

4.2.1.7. Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas no Termo de Referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura para qualquer parte do Território Nacional;

4.2.1.8. Fornecer serviço de guincho para o veículo segurado, quando a ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos que fique impossibilitado de rodar, transportando-o até a oficina indicada pela CONTRATANTE ou credenciada pela CONTRATADA, em todo território nacional;

4.2.1.9. Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo território Nacional;

4.2.1.10. Empregar o necessário zelo, correção, celeridade e exaustão no trato de qualquer interesse do CONTRATANTE sob os seus cuidados profissionais, obedecendo rigorosamente às normas que regem os exercícios da profissão, cabendo-lhe exclusiva responsabilidade por eventuais transgressões;

4.2.1.11. Não transferir, total ou parcialmente, a execução do objeto, sem o prévio consentimento e autorização do CONTRATANTE;

4.2.1.12. Assumir exclusiva e integralmente a responsabilidade pelos encargos decorrentes da mão de obra utilizada, em especial, os trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, não se estabelecendo qualquer vínculo do seu pessoal com o CONTRATANTE e comprovar Sucursal na Capital através do CNPJ.

4.2.1.13. Manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação exigidas no respectivo Edital;

4.2.1.14. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer ocorrência ou registro de situações que possam comprometer a regularidade das suas atividades;

4.2.1.15. Comunicar qualquer discordância ou mudanças, no veículo, antes, durante após a prestação do serviço, que apresentem ressalvas para condições de utilização;

4.2.1.16. Exercer controle sobre a assiduidade e pontualidade dos serviços de conserto ou reparos;

4.2.1.17. A CONTRATADA deverá emitir todas as apólices, tão logo for emitida a nota de empenho ou criar uma apólice, em que esta inicia na data de publicação do contrato;

4.2.1.18. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 6 deste Termo de Referência, serão desconsideradas quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com o objeto deste seguro.

4.3. Além das obrigações previstas em contrato e de outras decorrentes da natureza do ajuste, caberá à CONTRATANTE:

4.3.1. Além das obrigações resultantes da observância do disposto na Lei n.º 8.666/1993 e 10.520/2002 e suas alterações posteriores, são obrigações da Contratante:

4.3.2. Efetuar os pagamentos devidos no prazo e nas condições estipuladas neste termo;

4.3.3. Comunicar à (s) empresa (s) vencedora(s) toda e qualquer ocorrência relacionada com a aquisição do objeto.

4.3.4. Acompanhar e fiscalizar os serviços, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência;

4.3.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência;

4.3.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

4.3.7. Notificar a Contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento e/ou funcionamento dos bens, fixando prazo para sua correção;

13.8. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

4.3.8. Deverá garantir que os veículos só sejam conduzidos ou operados por servidores/ prestadores que possuam as licenças CNHs com as devidas categorias, bem como não sejam operados ou conduzidos por servidores/prestadores

4.3.9. Comunicar imediatamente quaisquer ocorrências danosas aos veículos ou avarias a vidas pela execução do serviço;

4.3.10. Aplicar à Contratada as sanções regulamentares, caso necessário.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

5.1. Nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário a regularização de falhas ou defeitos observados;

5.2. A fiscalização de que trata o item acima não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei nº 8.666/1993;

5.3. O representante da administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para providências cabíveis.

5.4. Designamos para gerenciar e fiscalizar a execução deste contrato o servidor ~~XXXXXXXXXXXXXXXXXX~~.

5.5. Têm-se como atribuições mínimas do fiscal:

5.5.1. Acompanhar a execução da compra;

5.5.2. Atestar o recebimento e a qualidade dos materiais e serviços contratados se estes estiverem em conformidade com as especificações do respectivo objeto contratado;

5.5.3. Comunicar formalmente ao Gestor da pasta, eventuais irregularidades após ter notificado formalmente a licitante em casos de descumprimento e anotar, em formulário próprio, todas as ocorrências que julgar relevantes, relacionadas com a execução da aquisição, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

5.5.4. Zelar pela fiel execução da compra, sobretudo no que concerne à qualidade e funcionamento dos materiais fornecidos;

5.5.5. Estabelecer juntamente com o respectivo gestor, o cronograma de fiscalização;

5.5.6. O Recebimento dos itens será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação pelo fiscal, designado pelo Gestor da Pasta, em cumprimento ao disposto no art. 67 e seus parágrafos da Lei nº. 8.666/93.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO, REAJUSTE E ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

6.1. A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade como o Protocolo ICMS 042 de 03 de Julho de 2009 a qual estabelece a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-E) sendo que no campo das observações deverá constar o número da Autorização de Compra (NOTA DE EMPENHO) bem como o número do Pregão Eletrônico e do processo de pagamento;

6.2. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANÁPOLIS – CNPJ: 06.169.881/0001-55 – Rua Roberto Mange Nº 152 – Vila Santana – Cep. 75.113-630 – Anápolis – GO.

6.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da respectiva Ordem de Fornecimento/Empenho do objeto, firmado pela autoridade competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a" da Lei 8.666/93, combinado com o artigo 73, inciso II, do mesmo diploma legal;

6.4. As Notas Fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e neste caso o vencimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da documentação devidamente corrigida e válida, não ocorrendo neste caso, quaisquer ônus por parte da Administração;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de entrega do objeto;

6.6. O pagamento somente será realizado após a verificação da situação da mesma, relativa às condições de habilitação exigida na licitação, através de documentação anexada à fatura relativa aos Incisos III e IV, Art. 29 da Lei nº 8.666/93, e em caso de pendência o pagamento será suspenso.

6.7. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal, o valor devido pela Administração será atualizado financeiramente, de acordo com a variação do IGP-M/FGV, desde a data final do período de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, nos termos do inciso XIV do art. 40 da Lei 8.666/93;

6.8. O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamentos.

6.9. Para reajuste utilizar-se-á a variação do IPCA/IBGE, nos termos do art. 17, § 4º, da Instrução Normativa nº. 007/2014 de 05/06/2014 da Secretaria Municipal de Planejamento, Compras e Licitações, respeitado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data limite para apresentação da proposta.

6.10. Cronograma de desembolso, conforme subitem 12.10 do Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL, PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

7.1. O contrato de seguros terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação do Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/1993, Art.57, inciso II, por se tratar de serviço contínuo, respectivamente;

7.2. O valor do contrato poderá ser alterado de acordo com a necessidade da Administração em até 25%, com fulcro no art.65,§1 da Lei 8666/93;

7.3. O valor ora pactuado poderá ser reajustado anualmente nos termos da Lei e será realizado conforme o IGP-M/FGV;

7.4. Convocado, o adjudicatário deverá comparecer à sede da CONTRATANTE, para as devida assinatura do contrato, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades prevista em Lei, especialmente, a prevista no Art. 81, da Lei nº:8666/93;

7.5. Da inclusão e substituição de veículos

7.6.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante a vigência do contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade para os valores ofertados no Certame;

7.6.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer;

7.6.2.1. A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento GRU, devendo a empresa enviar recibo ao departamento financeiro da Secretaria Municipal de Saúde. Essa comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

8. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. O local de entrega das apólices será a Secretaria Municipal de Saúde, na Diretoria de Assistência à Saúde, localizada na Rua Professor Roberto Mange, nº 153, 4º andar – centro, na cidade de Anápolis – GO, telefone (62) 3902-1198 em horário comercial.

8.2. A condição de entrega do objeto contratado deverá ser em dias úteis de acordo com as quantidades solicitadas pela Contratante;

8.2. O objeto será recebido:

8.2.1. Provisoriamente; até 10 (dez) dias após o recebimento via - e-mail da Ordem de Serviço (Nota de Empenho), para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação;

8.2.2. Caso a contratada queira retirar o empenho, terá o prazo de 02 (dois) dias após recebido via e-mail.

8.2.3. Definitivamente; mediante recibo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

8.2.4. O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços prestados.

8.2.4. Não havendo cumprimento destas medidas a CONTRATADA será notificada administrativamente. Caso o descumprimento permaneça a empresa será punida em conformidade da Lei 8.666/93.

8.3. A recusa da entrega do objeto por divergência do que foi licitado ou irregularidade na documentação fiscal, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando a adjudicatária obrigada à substituição no prazo que lhe for estabelecido;

8.3.1. Serão devolvidos ao local de origem os produtos que forem enviados pela empresa, através de empresa transportadora, com itens incompletos ou na quantidade diversa da solicitada na Ordem de Fornecimento (OF), sem ônus a Secretaria Municipal de Saúde;

8.4. O recebimento/entrega não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua entrega;

8.5. Todo o transporte a ser executado em função da entrega será de única e total responsabilidade da Contratada, correndo por sua conta o risco da operação inclusive fretes, embalagens, carga e descarga

8.6. O fornecedor se responsabilizará por todos os danos causados por seus empregados ou Município e/ou terceiros.

8.7. A entrega dos produtos deverá obedecer rigorosamente o solicitado e as especificações constantes na proposta apresentada.

8.8. Os serviços, objetos desta contratação deverão ser prestados imediatamente após o chamado do sinistro por parte da CONTRATANTE, mediante autorização dos serviços, sendo que os mesmos deverão ser entregues no local.

8.9. A CONTRATADA deverá fornecer também, caso exista, acesso ao site oficial, onde seja possível o download das apólices em formato digital, além de outras informações adicionais.

9. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DE CONTRATO

9.1. A rescisão contratual ocorrerá de acordo com os casos previstos na Lei 8.666/93 em seus artigos nº. 77 a 80.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Pelo descumprimento do ajuste a Adjudicatária sujeitar-se às seguintes penalidades, que só deixarão de ser aplicadas nos seguintes casos:

a) comprovação pela adjudicatária, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da entrega;

b) manifestação da unidade requisitante informando que a infração foi decorrente de fatos imputáveis à Administração;

10.1.1.1. Multa de 1% por dia de atraso na realização programada da entrega do objeto licitado, o qual incidirá sobre o valor do serviço que deveria ser efetivado;

10.1.2. Multa de 5% por inexecução parcial do ajuste a qual incidirá sobre o valor da parcela inexecutada;

10.1.3. Multa de 10% por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato;

10.1.4. Multa de 1% por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, que não estejam previstas nos subitens acima, a qual incidirá sobre o valor do contrato;

10.2. As multas são independentes. A aplicação de uma multa não exclui a das outras;

10.3. Todas as demais sanções previstas na legislação em vigor;

10.4. Se o licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficar á pelo prazo de até 05 (cinco) anos impedido de contratar com a Administração pública, sem prejuízo de multa de até 1% (um por cento) sobre o valor pactuado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E VINCULAÇÃO DO EDITAL

11.1. O presente contrato fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993, pelos preceitos de direito público, pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Código Civil Brasileiro e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico n.º 0XX/2022 constante do processo licitatório n.º XXXXXX/2022, bem como à proposta da CONTRATADA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO

12.1. Fica assegurado o reconhecimento dos direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da lei nº. 8.666/93, podendo esta promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento dos serviços prestado pela contratada. Evitando que a rescisão acarrete obstáculos à continuidade da atividade administrativa.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da **Comarca de Anápolis-GO**, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento contratual.

13.2. E por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Anápolis, XX de XXXXXXXXXX de 2023.

CONTRATANTE:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito de Anápolis

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Procurador Geral do Município

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretaria XXXXXXXXXX

CONTRATADA:

NOME DO SÓCIO / PROPRIETÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL
CPF nº.

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

